

“A sociedade precisa exigir”

Um dos grandes pensadores da América Latina diz que o Estado não é o salvador da pátria e que, quando a população se organiza, o país se torna mais livre, desenvolvido e inovador

Formado em filosofia, física e matemática, o colombiano Bernardo Toro, 70 anos, notabilizou-se como um dos maiores pensadores da América Latina em duas áreas em que a região é altamente deficiente: educação e mobilização popular. Na educação, foi dos primeiros a enunciar princípios fundamentais, como o de que é na base, nos anos iniciais do ensino, que devem atuar os melhores professores. Na mobilização popular, imprimiu uma visão moderna, científica e pragmática a uma atividade frequentemente manipulada para fins menos nobres. “A população da América Latina sempre põe a culpa no Estado e espera que ele resolva tudo, em vez de se organizar para mudar o que está errado”, avalia. Ex-consultor do Banco Mundial e assessor do comitê estratégico da fundação suíça Avina, Toro estará nesta semana no Brasil — onde já atuou na reforma da educação em Minas Gerais — para conhecer a ONG gaúcha Parceiros Voluntários, inspirada justamente nas suas ideias de participação social. Antes da viagem, ele recebeu VEJA para uma entrevista em seu escritório em Bogotá.

Por que tantas manifestações de rua, como as que eclodiram no Brasil em 2013, não dão em nada? A história mostra que as melhores mobilizações são silenciosas, constantes no tempo e não produzem heróis. Elas são fruto de sociedades verdadeiramente organizadas, que se norteiam não por um pleito instantâneo, vago, mas por uma ideia maior que domina o imaginário de grupos ou até de uma população inteira. E têm metas claras. No pós-II Guerra, por exemplo, o povo japonês se moveu em direção a um objetivo: conquistar por meio do mercado quem o havia derrotado pelas armas. Aí iniciativas afluíram das mais diferentes pessoas e áreas, públicas e pri-

JOAQUIM SARMIENTO/ARCHIVOLATINO

“Mobilização popular não tem nada a ver com o assembleísmo inócuo nem com o heroísmo de momento”



vadas, em prol de um plano que consumiu décadas e deu certo. Nada a ver com o assembleísmo inócuo nem com o heroísmo de momento.

É isso que se percebe nos países da América Latina onde o senhor atua? Ocorre, sim. A ação do militante reforça um comportamento típico de sociedades caudilhistas. Ele está sempre se perguntando: “Quem virá aqui acabar com essa situação que tanto me incomoda?”. Não toma a responsabilidade para si nem se articula com eficácia para mudar a ordem das coisas. Grita mais do que age e espera as soluções do Estado, que vê como dono da ordem e um ente superprotetor. Esse é o terreno perfeito para que se disseminem o populismo autoritário e o clientelismo institucional, duas marcas indissociáveis dos países da América Latina.

As raízes para essa visão de Estado são históricas? São. Os países da América Latina receberam nos primórdios instituições já prontas de seus colonizadores. Essas instituições continham em seu caldo de cultura a forte ideia de que pairavam sobre as pessoas, dizendo-lhes o que fazer, o certo e o errado, o que é digno de prêmio e o que merece castigo. Em outras palavras, constituía-se desde o princípio nesses países uma relação de dependência do Estado. Foi o contrário do que se verificou nos Estados Unidos, por exemplo, um país que se ergueu e prosperou sobre bases completamente diferentes.

Quais as diferenças mais relevantes? No século XVII, desembarcou nos Estados Unidos uma leva de imigrantes que fugiam da perseguição religiosa na Europa e construíram suas instituições públicas do zero, à própria imagem, como um espelho das demandas da sociedade que se formava. Eles se organizaram para isso. Foram criadores e responsáveis por aquela engrenagem que surgiu.

Quais são os problemas enfrentados por países onde a sociedade é pouco

“Ao falar em participação da sociedade, não estou tratando de algo romaneado nem ideológico, mas de uma ciência que faz a engrenagem de um país funcionar melhor, tornando-o mais produtivo e próspero”

organizada e muito dependente do Estado? Eles são menos desenvolvidos, menos livres e democráticos, menos educados e inovadores. Acreditam que seu destino depende da sorte, não de esforço e treino. A culpa do fracasso é sempre dos outros. São também países que tendem a ser mais corruptos, já que dispõem de menos mecanismos de vigilância e cobrança sobre a classe política e o próprio Estado. Em suma, a desorganização civil de uma sociedade é seu grande indicador de pobreza.

Seus estudos mostram que a falta de mobilização em um país é determinante para explicar a ineficiência dos serviços públicos. Como? Todos os bens estatais deveriam ser por definição públicos, mas nos países da América Latina eles são engolidos por corporações e grupos movidos por interesses específicos. Há uma classe de funcionários públicos que se alimenta da máquina como se ela fosse sua. Em países desenvolvidos e formados não só por organizações sindicais e políticas, mas também por associações de bairros, de profissionais e tantas outras, a exigência de qualidade é permanente. Exigência, aliás, é a pala-

vra-chave quando a sociedade tem realmente força.

Muitas iniciativas de mobilização social, inclusive no Brasil, foram inspiradas em seu trabalho. O que elas têm em comum? Ressalto primeiro que, ao falar de mobilização da sociedade, não estou tratando de algo romaneado nem ideológico, mas de uma ciência que faz a engrenagem de um país funcionar melhor, tornando-o mais produtivo e próspero. Cheguei a algumas conclusões importantes nessas décadas. A primeira é que é preciso atrair as pessoas com ideias poderosas, sim, só que não adianta restringir-se apenas ao terreno do imaginário. Isso é demagógico e gera angústia. Por outro lado, ações isoladas conduzem ao ativismo passageiro e a movimentos sem rumo nem resultado. Finalmente, é preciso ter no horizonte metas bem definidas e dar visibilidade ao que foi alcançado. Quando o objetivo de um pleito é ambíguo, não leva a nada.

Os líderes não são necessários?

Ao longo da história, grandes líderes, como Martin Luther King, Gandhi, De Gaulle, foram os responsáveis por decifrar e embalar em discursos e slogans ideias que estavam no ar. Dito isso, a experiência mostra que, quanto mais organizada e institucionalizada é uma sociedade, menos protagonistas ela requer para se mobilizar e andar para a frente.

Qual é sua opinião sobre programas em que o Estado distribui benefícios à população, como o Bolsa Família? Se não há organização entre as famílias beneficiadas e exigências do Estado em troca do dinheiro, a situação não muda. Agora, se o Estado diz aos pais que, em contrapartida pela verba recebida, seus filhos devem passar de ano e ir com regularidade a um posto de saúde, começa a se vislumbrar um horizonte. Uma associação de mães ou de bairros também pode dar vida nova a esse tipo de iniciativa, levando adiante rodas de estudo, de leitura e trocando saberes e experiências.

Às vezes, é preciso ter fôlego e coragem para mudar o arcabouço institucional de um programa de modo a obter mais resultados.

O senhor poderia dar algum exemplo concreto de sua própria experiência?

Há pouco mais de uma década me chamaram para ajudar na educação em Minas Gerais. Todo mundo sabia que o acesso à escola era um direito constitucional, mas, mesmo assim, os pais ali se sentiam pedindo um favor ao tentar vaga para os filhos. Os diretores, por sua vez, agiam como se estivessem fazendo esse favor. A criação da figura do juiz escolar fez toda a diferença para garantir lugar às crianças. Percebo no Brasil o mesmo tipo de problema que ocorre em outros países da América Latina: por mais que se diga e se repita, a educação ainda não é vista verdadeiramente como uma questão estratégica para o desenvolvimento.

Quais são as evidências disso? Primeiro, olhe nosso atraso histórico. A maioria dos países da América Latina, incluindo o Brasil, só começou a montar seu sistema escolar quando em muitas outras nações no mundo já existiam universidades bem estruturadas e de qualidade. Mesmo assim, era um privilégio para poucos. Apenas nos anos 1970 e 1980 começou na América Latina a discussão sobre a educação ser um direito de todos. Mas claramente ainda nos falta a percepção moderna de que esse é um fator estratégico para o avanço. Se buscamos uma sociedade ancorada no conhecimento, tudo, absolutamente tudo, deve se voltar para a escola.

Falta dinheiro? Antes de qualquer coisa, falta um plano para ontem.

Neste momento, o Brasil está empenhado em pôr de pé o primeiro currículo nacional, que vai estabelecer metas de aprendizado nas salas de aula do país. É um bom passo? Pode até ser, mas cabe uma pergunta fundamental: como saber o currículo que

“A educação não pertence a professores ou sindicatos. Mesmo assim, frequentemente as reivindicações e causas desses profissionais se sobrepõem ao interesse geral, e boas práticas de ensino acabam sendo postas de lado”

deve ser implantado se não há sequer um projeto para o país? Isso precisa ser levado em consideração na hora de ponderar quais conhecimentos são de fato relevantes e quais podem ser descartados. Foi assim na Finlândia, um caso exemplar de ensino de qualidade e com um norte bem claro.

O que depreender do exemplo finlandês? Sem grandes recursos naturais e espremidos entre potências como Rússia e Suécia, os finlandeses entenderam que a boa educação poderia levar o país a se tornar inovador, a competir globalmente, e apostaram todas as fichas nisso, desde os primeiros anos escolares, talhando mentes voltadas para a criatividade e a resolução de problemas. Já o Brasil e seus vizinhos continuam a enfrentar a competição global com base em commodities, sem uma estratégia de médio e longo prazos rumo a uma sociedade fincada sobre o conhecimento.

Nas últimas décadas, acumulou-se muito saber sobre o que funciona de verdade em uma escola, mas ainda se faz pouco uso das conclusões.

Por quê? Reforço aqui aquela ideia de que, quando a sociedade não está sufi-

cientemente organizada, os bens públicos são usurpados por grupos guiados pelos próprios interesses. Ocorre com a educação. É evidente que ela não pertence a professores ou sindicatos, mas frequentemente as reivindicações e causas desses profissionais se sobrepõem ao interesse geral. Assim, boas práticas de ensino chanceladas por pesquisas acabam sendo ofuscadas e postas de lado.

Quais são os mitos sobre a educação que seus estudos derrubam?

Um deles é que a raiz da ineficiência das aulas está na indisciplina dos alunos. Na verdade, é justo o contrário: a lição mal dada é que fomenta a indisciplina. Um segundo ponto tem a ver com a escolha dos professores que vão lecionar em cada ano. Em geral, os melhores assumem as classes mais avançadas, quando deveriam ficar, isso sim, com as primeiras séries.

Qual é a lógica? Os nós que se acumulam nos primeiros anos de escola re-freiam o desenvolvimento do estudante nas etapas que se seguem e, com o passar do tempo, se tornam cada vez mais difíceis de ser desatados. É necessária a perícia de um bom professor para evitar que as lacunas se aprofundem logo de saída. E que ele ponha os alunos para ler: está provado que quem lê mais tem maiores aspirações na vida.

Que mudanças de mentalidade poderiam trazer melhorias consistentes à educação?

Falta aos professores entender de uma vez por todas que eles não são donos de nada e que devem fazer como já se faz em outros meios: praticar o trabalho cooperativo nas escolas, trocando conhecimento e experiências com os colegas para avançar mais rápido. Se queremos uma sociedade democrática e inovadora para valer, precisamos aprender a trabalhar em time, a nos sentir responsáveis pelos resultados que obtemos e deixar de culpar o sistema, o Estado e os outros por nossos fracassos. Esse é um bom começo para criar mentes e países vencedores. ■